

MUNDO ECONÔMICO

ARTIGO 1

**MERCADO DE TRABALHO RURAL NO
MARANHÃO:** APONTAMENTOS SOBRE A SUA
DINÂMICA NO PERÍODO DE 2010 A 2019 E SUA
RELAÇÃO COM A EXTREMA POBREZA¹
D.O.I 10.47592/MUNDECO7012021



V.7 N.2 | **2020**

PERIODICIDADE | SEMESTRAL

AGO - DEZ

ISSN 2594-4592

D.O.I edição: 10.47592/MUNDO721



www.imesc.ma.gov.br

ARTIGO 1

MERCADO DE TRABALHO RURAL NO MARANHÃO: APONTAMENTOS SOBRE A SUA DINÂMICA NO PERÍODO DE 2010 A 2019 E SUA RELAÇÃO COM A EXTREMA POBREZA¹

AUTOR

Frednan Bezerra dos Santos - Economista, professor especialista em Produção e Desenvolvimento Rural, mestre em Desenvolvimento Socioeconômico e ex-presidente do Conselho Regional de Economia da 15ª Região – MA.
D.O.I 10.47592/MUNDEC07012021

RESUMO

O ponto de partida para o estudo do mercado de trabalho rural no Maranhão é o processo crônico de empobrecimento da sua população e atraso relativo aos demais estados da Federação. É evidenciado, por meio de diversos indicadores que apontam o Maranhão com o maior percentual de pessoas em condições de extrema pobreza, o baixo índice de formalização e massa salarial no mercado de trabalho rural, além do baixo rendimento das culturas tradicionais, com destaque para a mandioca. A pesquisa parte do pressuposto de que descrever as características do mercado de trabalho rural no Maranhão, no período de 2010 a 2019, contribuirá para identificar fatores que determinam ou colaboram para a extrema pobreza no meio rural. O presente trabalho está estruturado em três capítulos, além da introdução e das considerações finais. No primeiro capítulo, são descritas as características do mercado de trabalho rural no Maranhão. No segundo, é destacada a baixa produtividade e a produção para o autoconsumo como fatores que determinam o comportamento do mercado de trabalho rural maranhense. Por fim, no terceiro, a extrema pobreza é explicada com base no comportamento do mercado de trabalho rural.

Palavras-chave: Mercado de Trabalho Rural. Extrema Pobreza. Maranhão.

ABSTRACT

The starting point for the study of the rural labor market in Maranhão is the chronic process of impoverishing its population and lagging the other states of the federation. What is evidenced by several indicators that point to Maranhão with the highest percentage of people in conditions of extreme poverty, the low rate of formalization and wage mass in the rural labor market, in addition to the low income of traditional cultures, with emphasis on the cassava. The research assumes that describing the characteristics of the rural labor market in Maranhão in the period from 2010 to 2019 will help to identify factors that determine or contribute to extreme poverty in rural areas. The present work is structured in three chapters, in addition to the introduction and the final considerations. In the first chapter, the characteristics of the rural labor market in Maranhão are described, in the second the low productivity and production for self-consumption is highlighted as factors that determine the behavior of the rural labor market in Maranhão and in the third the extreme poverty is explained from the behavior of the rural labor market.

Keywords: Rural Labor Market. Extreme Poverty. Maranhão.

¹Este artigo consiste em uma adaptação de parte do trabalho de conclusão do curso de especialização em Produção e Desenvolvimento Rural.

1 INTRODUÇÃO

A história do Maranhão é marcada por um contexto político que culminou no enfraquecimento relativo do estado e resultou na incapacidade da estruturação de políticas públicas de geração de renda, em especial no meio rural, o que aprofundou o empobrecimento da sua população e atraso relativo aos demais estados da federação. Esse atraso se manifesta em seus indicadores sociais que, ao longo das últimas décadas, o colocaram como destaque nacional negativo, com o segundo mais baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), **dentre** os estados brasileiros.

No ano de 2018, o Produto Interno Bruto (PIB) do Maranhão totalizou R\$ 98,179 bilhões, em valores correntes do ano de 2018, com variação positiva de 2,9% em relação ao ano anterior, isto é, R\$ 8,637 bilhões maior que 2017. No entanto, o crescimento econômico mensurado pelo PIB coloca o Maranhão na 17ª posição no ranking nacional e na 6ª posição relativa à variação real do PIB no período de 2010 a 2018 com variação real acumulada de 19,5%, o segundo melhor desempenho na região Nordeste. Enquanto isso ocupa a última posição no ranking nacional referente ao PIB per capita, o que reflete a realidade de forte concentração de renda (IMESC, 2020).

O Maranhão é o estado da federação que apresenta o maior percentual de população residente em zonas rurais e o maior percentual de famílias consideradas pobres pelas pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esses fatos chamam a atenção para uma possível correlação entre a extrema pobreza e as ocupações rurais.

Segundo o relatório divulgado pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO), quase metade da população da zona rural vive em situação de extrema pobreza na América Latina, muitas dessas famílias estão dedicadas à agricultura de subsistência ou são formadas por operários sem terras (FAO, 2013).

No relatório “Perfil da Pobreza: Norte e Nordeste Rurais”, observam-se importantes dados sobre a pobreza e extrema pobreza, e os impactos de determinadas políticas sociais nesses indicadores. Contudo, o principal destaque que deve ser observado é a concentração rural da pobreza e extrema pobreza (SOARES, 2016).

Políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural e ao combate à pobreza foram fundamentais para redução da extrema pobreza no Brasil no primeiro decênio do século XXI, com destaque para a importância dos programas sociais com vistas à diminuição da pobreza. Porém, relevante parte do sucesso na diminuição da pobreza deve-se ao volume de recursos investidos nos Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Não obstante, é fundamental que toda análise econômica seja interpretada como um recorte da realidade social, de modo que a melhor forma de ter uma visão mais ampla é considerar o máximo de informações e múltiplas interpretações, ponderando sempre questões espaciais e temporais. Assim, a contribuição deste artigo é destacar alguns aspectos que podem ajudar a entender a realidade maranhense.

O presente trabalho está estruturado em três capítulos, além dessa introdução e das considerações finais. No primeiro capítulo, é feita a descrição de algumas características relevantes do mercado de trabalho rural no Maranhão. No segundo, dá-se destaque à baixa produtividade e à produção para o autoconsumo como fatores que determinam o comportamento do mercado de trabalho rural no Maranhão, e no terceiro a extrema pobreza é analisada a partir do comportamento do mercado de trabalho rural.

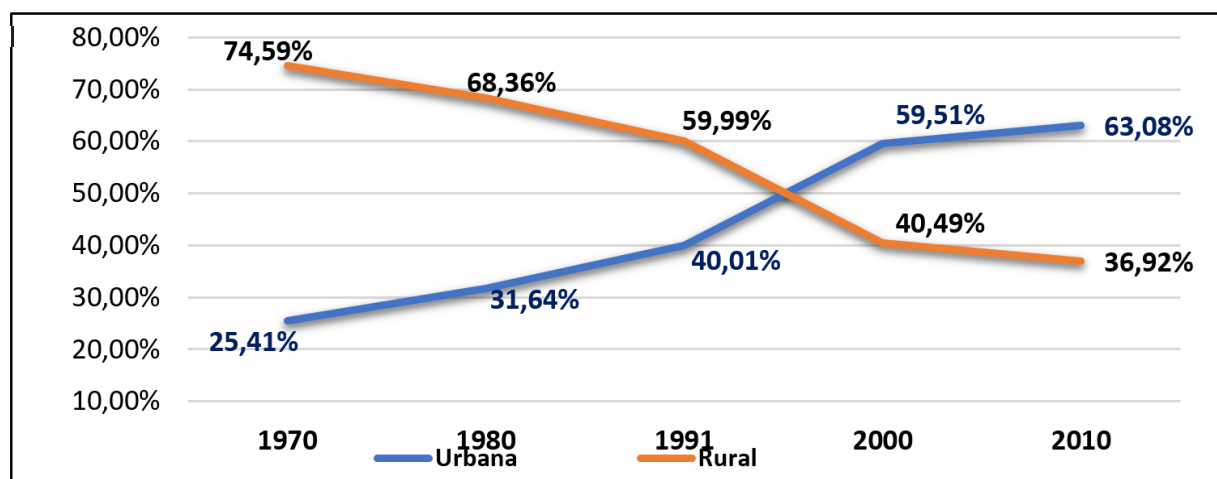
2 CARACTERIZAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO RURAL NO MARANHÃO

2.1 Dinâmica demográfica do Maranhão

O Maranhão é o estado da Federação com maior percentual de habitantes na zona rural, em que pese a classificação política que referencia a definição de rural e urbano. A distribuição espacial dessa população apresentou elevados índices percentuais de população vivendo no campo nas décadas de 1970 (74,6%), 1980 (68,4%) e cerca de 60% em 1990 (ver Gráfico 01).

No ano de 1970, a população urbana maranhense era cerca de um quarto (25%) da população total, o que evidenciava o caráter rural do estado, perfil que pouco se alterou na década de 1980. Por sua vez, na década de 1990, notam-se importantes mudanças no cenário político e econômico nacional e estadual, com a redemocratização e a abertura comercial, eventos que explicam as mudanças ocorridas a partir dessa década na dinâmica espacial da população maranhense, conforme os dados apresentados. Em 1991, o percentual de pessoas em centros urbanos já ultrapassava 40% da população, o que leva à inferência de que, em meados dessa década, a população urbana tenha ultrapassado a população rural, sendo que em 2000 a população urbana já representava aproximadamente 60% da população total e em 2010 chega a 63%.

Gráfico 1 - Evolução da população residente (distribuição entre urbana e rural) no Maranhão (1970-2010)



Notas: 1 - Para 1960 até 1980: População recenseada; 2 - Para 1991 até 2010: População residente;
Fonte: IBGE – Censo Demográfico (1970-2010). Elaboração própria

No entanto, a análise dos dados do Censo Demográfico de 2000 precede da introdução de informações quanto à criação de municípios (áreas consideradas urbanas pelo IBGE) no Maranhão. Portanto, é importante frisar que no ano de 1994 foram criados 81 municípios – o que se pode considerar como fator para superestimar a população urbana, mas não invalida a significativa tendência de crescimento da população urbana no estado

ao longo das últimas décadas.

Contudo, cabe destacar que o Maranhão apresenta a menor taxa de urbanização do Nordeste e uma das menores do país (58,9%) conforme IBGE (2012), sendo inferior à média regional (73,1%) e nacional (84,3%) (BNB, 2015). Assim como os vizinhos Piauí, Tocantins e Pará, a ocupação territorial é baixa para grandes extensões de área.

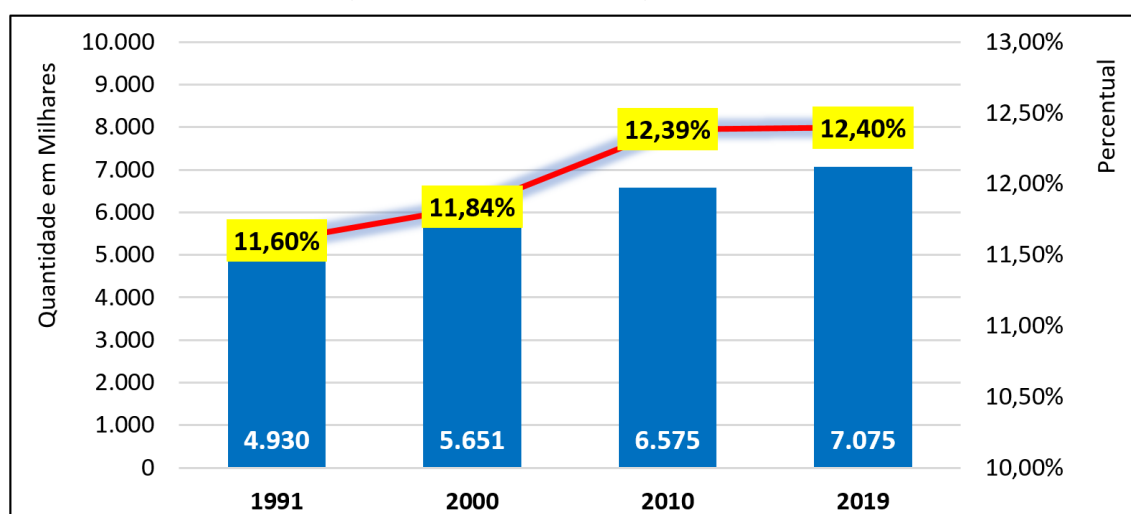
A população do Maranhão para o ano de 2019 foi estimada pelo IBGE em 7.075.181 habitantes, aumento de 7,6% em relação aos dados censitários de 2010 (6.574.789 habitantes), o que resulta em uma densidade de 21,3 habitantes por km². Por sua vez, em relação à população total do Nordeste (ver Figura 02), a participação percentual da população maranhense na nordestina passou de 12,39% em 2010 para 12,40% em 2019, o que demonstra uma estabilização demográfica.

A distribuição territorial dessa população é bem desigual com o Norte, a menor mesorregião em extensão, concentra mais de 40% do total estadual, onde está localizada a capital São Luís. A capital e os três municípios mais populosos (Imperatriz, São José de Ribamar e Timon) somam 1.707.360 habitantes² em uma área de 4.335 km², resultando em uma densidade demográfica de 2.044,7 habitantes/km². Cabe ressaltar uma particularidade que explica, em parte, essa densidade: São José de Ribamar integra a Região Metropolitana de São Luís, enquanto Timon é município vizinho a Teresina, capital do Piauí e integra a RIDE Grande Teresina, já Imperatriz possui forte dinâmica comercial por influência da rodovia BR-010 (Belém-Brasília), margeada pelo Rio Tocantins (limite entre Maranhão e Tocantins) e próxima do limite com o Pará.

A dinâmica populacional, representada no Gráfico 02, demonstra a estabilidade do crescimento populacional do Maranhão com base nos dados das estimativas do IBGE, mas é importante destacar que o último Censo Demográfico foi realizado em 2010.

² IBGE. Diretoria de Pesquisas – DPE – Coordenação de População e Indicadores Sociais – COPIS.

Gráfico 2 - População total do Maranhão e participação percentual da população do estado em relação ao total do Nordeste (1991, 2000, 2010 e 2019)

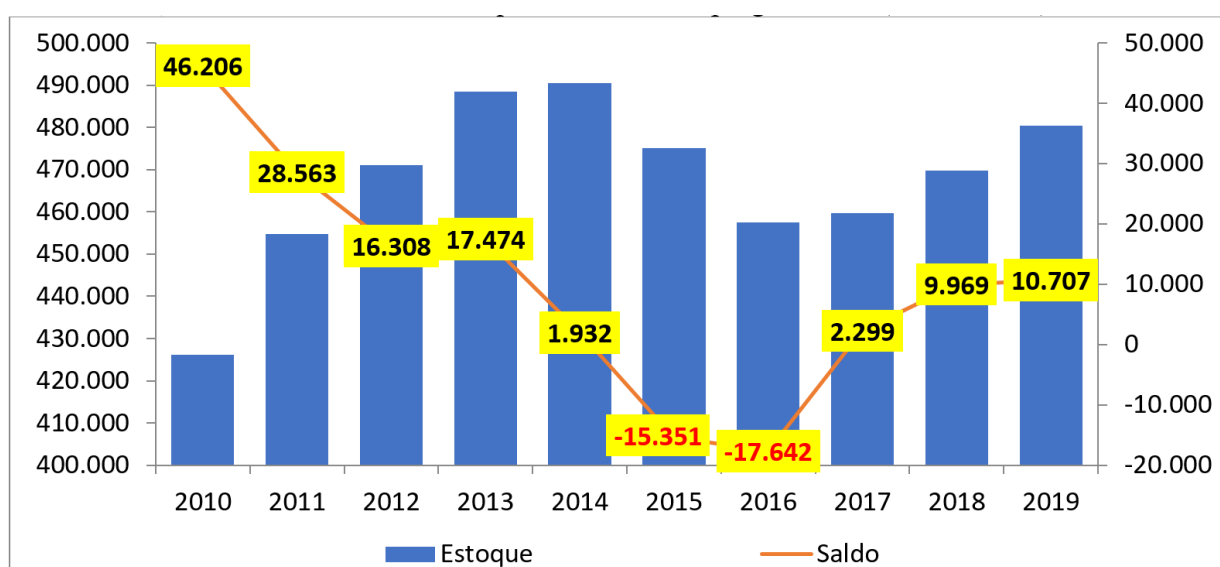


Fonte: IBGE, Censo Demográfico (1991, 2000, 2010); Estimativas populacionais para os municípios e para as Unidades da Federação brasileiras em 01.07.2019. Elaboração Própria

2.2 Caracterização do Mercado de Trabalho no Maranhão

O comportamento do mercado de trabalho formal no Maranhão pode ser observado no Gráfico 03, no qual se destaca a retomada do crescimento a partir de 2017, mas com o estoque de empregos formais crescendo de forma mais consistente em 2018 e 2019 com saldos positivos, respectivamente, de 9.969 e 10.707. No entanto, ainda não foi suficiente para recompor o estoque perdido nos anos de 2015 e 2016.

Gráfico 3 - Maranhão - Estoque e saldo do emprego formal (2010 - 2019)



Fonte: RAIS - DEC nº 76.900/75 MTb. Elaboração própria

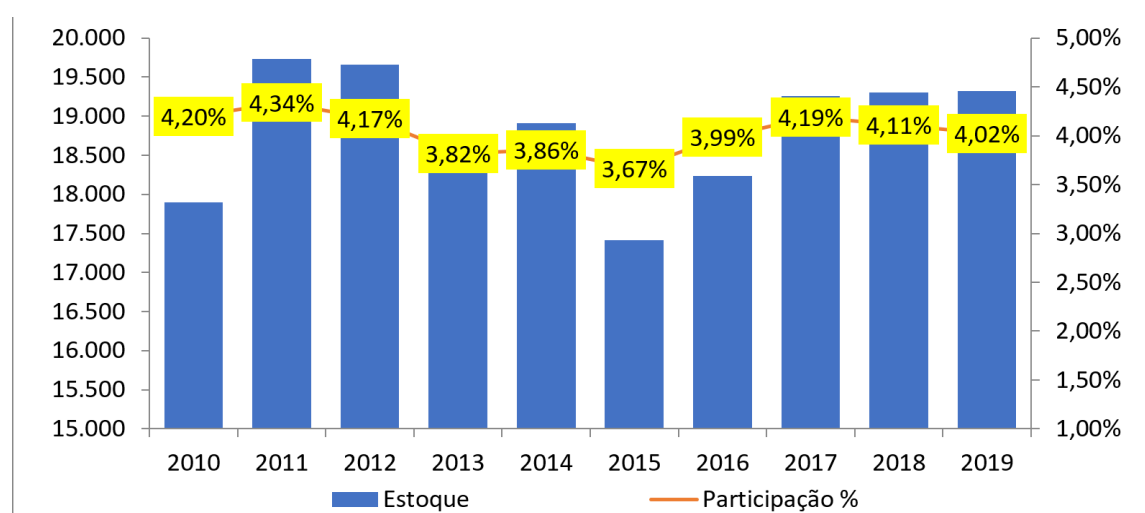
Destaca-se que a análise setorial do estoque de empregos formais do Maranhão

demonstra, de forma expressiva, a relevância dos setores de serviços e comércio que somados concentram 74,53% do emprego formal no ano de 2019. Enquanto isso, o mercado de trabalho rural no Maranhão (Gráfico 04) segue o comportamento nacional com baixa participação.

No Maranhão o mercado de trabalho rural, no período de 2010 a 2019, obteve sua maior participação no total no ano de 2011 com 4,34%. Todavia, de 2013 a 2016, observa-se a queda da participação que passa a variar abaixo de 4% e somente volta a ultrapassar essa marca nos anos de 2017, 2018 e 2019, sendo que em 2019 fica na marca de 4,02% do emprego formal.

Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-C, divulgação trimestral) do IBGE indicou que, no quarto trimestre de 2019, a população ocupada, de 14 anos ou mais de idade, na semana de referência no grupamento de atividade agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura era de 343 mil no Maranhão, o que representa 4,9% da população total estimada do estado.

Gráfico 4 - Maranhão - Estoque e participação percentual do emprego formal nas atividades agropecuária, extração vegetal, caça e pesca no total (2010 - 2019)



Fonte: RAIS - DEC nº 76.900/75 MTb. Elaboração própria

Enquanto em 2010 a Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura respondiam por 31,83% das ocupações, de acordo com o Censo de 2010, percentual próximo do observado na PNAD para o ano de 2009 que identificou o trabalho na atividade agrícola como responsável por cerca de 34% das ocupações das pessoas de 10 anos ou mais de idade. A PNAD mostra uma tendência importante do emprego por seção de atividade do trabalho principal a partir de 2012 com a queda desse percentual passando a representar 28,1% e chega a 14,8% no 4º trimestre de 2019. Outro dado importante dessa pesquisa é o rendimento médio real do trabalho recebido por mês no grupamento de atividade Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura que, no quarto trimestre de 2019, alcançou

apenas 39,35% do rendimento médio total do trabalho no Maranhão.

O pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários, segundo os dados dos Censos Agropecuários do IBGE, sofreu relevantes alterações entre os anos de 2006 e 2017, sendo que houve uma queda em 30% no contingente de ocupações, passando de 991,6 mil para 692,9 mil. Mas, o que chama atenção (ver Tabela 01) é que a chamada agricultura patronal, não familiar, apesar de ser intensiva em capital, ampliou em 8,9% seu contingente de ocupações, enquanto a agricultura familiar sofreu forte retração, perdendo 36% de suas ocupações.

Tabela 1 - Maranhão - Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários, por tipologia (2006, 2017)

Tipologia	2006	Part. (%)	2017	Part. (%)	Var. (%) 2017/2006
Agricultura familiar - não	133.669	13,48	145.592	21,01	8,92
Agricultura familiar - sim	857.931	86,52	547.278	78,99	-36,21
Total	991.600	100,00	692.870	100,00	-30,13

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários (2006, 2017). Elaboração própria

3 O MERCADO DE TRABALHO RURAL NO MARANHÃO: BAIXA PRODUTIVIDADE E PRODUÇÃO PARA O AUTOCONSUMO

O mercado de trabalho assalariado rural brasileiro apresenta um mosaico de relações sociais que permeiam o campo brasileiro desde o século XX e que são verdadeiros desafios para a construção de agendas de políticas públicas dirigidas ao meio rural, o qual ainda concentra grande parte da extrema pobreza no Brasil, mas com a especificidade que no Maranhão tem perdido a cada ano mais postos de trabalho.

Assim, antes de destacar características relevantes da agricultura maranhense, é importante chamar atenção para o Censo Demográfico de 2010, no qual o Maranhão apresentava o maior percentual de população em área classificada como rural dentre os estados com 36,9 %, mais que o dobro da média nacional (15,6%). Em termos absolutos, o estado apresenta a terceira maior população rural do país, com 2.425.607 habitantes, atrás somente da Bahia e Minas Gerais.

3.1 Caracterização atual da agricultura maranhense

A caracterização da agricultura maranhense, aqui rascunhada, tem como principal fonte a pesquisa publicada pelo Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC, 2019). Esse estudo apresentou e discutiu o comportamento dos principais produtos agrícolas maranhenses, com base na pesquisa da Produção Agrícola

Municipal (PAM), divulgada anualmente pelo IBGE.

A agricultura maranhense, em termos de área colhida entre 1998 e 2018, cresceu a uma taxa média de 2,41% ao ano, com destaque para as lavouras temporárias que têm um peso considerável (48,2%) no Valor Adicionado Bruto (VAB) do setor primário no Maranhão. Destaca-se a produção de grãos no estado que cresceu 103,6% em 2017, principalmente, no que se refere às culturas de soja (87,6%), milho (138,9%) e arroz (60,7%), culturas intensivas em capital com alta produtividade. Vale mencionar que esses produtos, juntos, representam cerca de 77,9% do total do valor da produção na lavoura temporária do estado, com destaque para a soja (56,5%) e o milho (16,1%) (IMESC, 2019).

Ainda sobre a evolução da área colhida no Maranhão, é importante destacar as supersafras de 2014 e 2017. Em 2014, o Maranhão registrou 2.005.779 hectares (ha), a maior área colhida da série analisada, sendo que as culturas de soja e milho foram as que apresentaram maior participação na área colhida total. Somadas, essas representaram 61,0% do total da área colhida no estado. O mesmo pode-se dizer do ano 2017, em que essas duas culturas também apresentaram maior participação na área colhida total, sendo 45% da soja e 26% do milho.

Considerando o Valor da Produção (VP), os dez principais produtos responderam por 99,1% do total do VP das lavouras temporárias e permanentes em 2018. Destes, apenas uma era da lavoura permanente: a banana, cujo VP alcançou mais de R\$ 69 milhões. De acordo com os dados da PAM (IBGE), o feijão e a mandioca foram as culturas mais presentes nos municípios maranhenses no período de 1998 a 2018. Essas culturas são caracterizadas pela incipiente geração de renda e baixa produtividade, mas de grande relevância para a segurança alimentar e importante geradora de ocupações no meio rural, como destacado pelo IMESC (2019).

Quando comparamos os valores da produção nos anos de 1998, 2008 e 2018, pode-se observar alguns destaques no ranking com a soja liderando nos anos de 2008 e 2018. Entre 2002 e 2003, essa se tornou o produto com maior VP, seguida pelo milho em 2018, produto que saiu da quinta posição nos anos de 1990 e 2008 para a segunda em 2018.

No Maranhão, apesar do progresso tecnológico experimentado nas lavouras de grãos, a lavoura da mandioca no estado continua de forma tradicional com técnicas primitivas (roça do toco/queima) e processo de produção da farinha de mandioca de forma artesanal. Isso resulta na baixa produtividade e incompatibilidade com requisitos sanitários, com forte viés não mercadológico.

3.2 Produção para o autoconsumo: a mandioca

A farinha de mandioca é um produto muito consumido nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, sendo o Maranhão um importante mercado consumidor desse produto. A mandioca faz parte da cultura do povo maranhense e destaca-se a produção para o autoconsumo e sua relação com a extrema pobreza.

No Brasil, em razão de sua fácil adaptação e do uso eficiente de água e nutrientes, a mandioca é cultivada em todos os estados, com rendimentos diferenciados, usando poucos insumos (ou nenhum), em áreas com solos pobres e ácidos. Situa-se entre os oito principais produtos agrícolas do país no ano de 2017, em termos de área cultivada e valor de produção, com respectivamente 1,3 milhão de ha de área plantada e R\$ 11,190 bilhões em valor da produção.

A produção estimada de mandioca no Brasil, para 2017, foi de 18,8 milhões de toneladas (IBGE, 2019) com rendimento médio de 14,2t/ha⁻¹. A produtividade média de raízes varia de região para região com o Norte apresentando 15,2t/ha⁻¹, Nordeste com 8,34t/ha⁻¹, Sudeste com 18,1t/ha⁻¹, Centro Oeste com 18,2t/ha⁻¹ e Sul com 21,6t/ha⁻¹ (IBGE, 2019).

Esses dados diferenciados podem estar relacionados com, pelo menos, dois dos principais fatores de produção: a oferta de água e de nutrientes nos solos das áreas de cultivo das diferentes regiões. Esses fatores são de extrema importância para o desempenho produtivo dessa cultura e adoção de tecnologias no processo de produção.

No Maranhão a mandioca ocupa a quarta posição em termos de valor de produção correspondendo no ano de 2017 a 11,04% do valor total das lavouras temporárias, em termos de produtividade temos 8,7t/ha⁻¹. Enquanto isso, o estado do Pará, principal exportador de farinha de mandioca para o Maranhão, apresenta 14,4t/ha⁻¹.

A baixa produtividade da cultura da mandioca no Maranhão e na produção dos seus derivados cria forte demanda externa por subprodutos da mandioca. Dentre os derivados da mandioca, destacam-se a fécula de mandioca, produto com relevante valor agregado, e farinha de mandioca produto tradicional da cultura alimentar do maranhense. A análise da produção local de ambos os produtos supre aproximadamente 45% da demanda local (comércio formal), o que em termos monetários indica a compra de mais de R\$ 70 milhões de outros estados³.

Os dados do IBGE demonstram que a redução no consumo total de farinha de mandioca está relacionada ao crescimento da renda das famílias. Vale ressaltar que, no extrato de menor renda, o movimento foi inverso com um crescimento de 10% no consumo de farinha de mandioca no período de 2009/2010 em relação a 2002/2003.

³ Projeção de acordo com o estudo da Embrapa (2014).

Considerando as estimativas de consumo de farinha de mandioca o Maranhão enquadra-se na média de consumo da região Norte por entender a importância cultural da farinha de mandioca para o maranhense similar à observada nos estados do Norte. Assim, pode-se fazer um cálculo simples estimando o consumo de farinha no Maranhão, adotando a média da região Norte que lidera com um consumo per capita estimado em 16,9kg/ano que, multiplicado pela população maranhense, aproximadamente 7 milhões de pessoas, resulta em um consumo anual de 118 mil toneladas de farinha de mandioca.

Contudo, mesmo com essa demanda, a produção maranhense não consegue superar o nível de autoconsumo. Vale ressaltar que, a partir de 2014, o Maranhão passou a ser um importador de farinha de mandioca do Pará⁴, quando se destaca a cidade de Castanhal/PA que em 2014 comercializou mais de R\$ 500 mil com o Maranhão assumindo, a partir de então, protagonismo no mercado de farinha de mandioca.

Em Castanhal/PA, principal município vendedor de farinha de mandioca no mercado formal para o Maranhão, alguns produtores se destacam não pelo volume da produção, mas pelo nível tecnológico aplicado na cultura da mandioca. Desse modo, obtém produtividade acima de 40 t, ou seja, 2,6 vezes maior que a média do município (EMBRAPA, 2014).

A Embrapa (2014) realizou a caracterização de propriedades produtoras de mandioca em Castanhal/PA e obteve as seguintes informações: área média de 25 ha e as lavouras de mandioca variam de 5 ha a 10 ha. Mais de 95% dos agricultores têm a posse da terra. Cerca de 90% da produção é comercializada em um sistema integrado com um produtor-atravessador que embala o produto com marca e código de barra e fornece aos supermercados.

O sistema produtivo é “semimecanizado”, predominando a mão de obra contratada em complemento à mão de obra familiar, mas com o preparo do solo mecanizado. Alguns agricultores tiveram acesso ao crédito rural. O material para plantio (manivas) é retirado na propriedade ou comprado de terceiros e a maioria deles teve acesso aos serviços de assistência técnica. Mas, as condições de acesso às propriedades são precárias em decorrência da falta de manutenção das estradas vicinais, dificultando o escoamento da produção, especialmente no período chuvoso, o que consiste no maior entrave da ampliação da produção (EMBRAPA, 2014).

Considerando-se os preços relativos dos fatores de produção e da raiz de mandioca, conclui-se que, do ponto de vista econômico, o sistema de produção semimecanizado de mandioca predominante no município de Castanhal/PA é viável, embora com dificuldades logísticas por conta das péssimas estradas, insuficiência de assistência técnica e extensão rural.

⁴ Dados coletados a partir do banco de dados da Secretaria de Estado da Fazenda do Maranhão – SEFAZ/MA.

O exemplo do “sucesso” da produção de farinha de mandioca em Castanhal/PA aponta caminhos para o desenvolvimento da cadeia produtiva da mandioca no Maranhão. Ressalte-se, todavia, que o mercado da raiz ainda é restrito no Pará, sendo a maior parte da produção comercializada na forma de farinha, realidade diversa à maranhense que vive um boom de demanda por raízes que somente no primeiro semestre do ano de 2018 movimentou R\$ 6,4 milhões, o que representa 5,5 vezes o comercializado no ano de 2014.

4 O MERCADO DE TRABALHO RURAL NO MARANHÃO COMO UM DOS VETORES DA EXTREMA POBREZA

4.1 Agricultura familiar e extrema pobreza

A agricultura familiar é um tema que recebeu atenção especial no meio acadêmico nas últimas décadas. Na década de 1990 a agricultura familiar ganhou relevância devido a sua “importância na absorção de mão de obra e na produção de alimentos” e por suas implicações ao debate de temas, que entraram em evidência a partir de concepções importadas de organismos internacionais (especialmente da Organização das Nações Unidas – ONU), tais como: segurança alimentar e degradação ambiental, que introduziram em nosso meio acadêmico um novo enfoque ao debate da concentração fundiária.

A cada novo Censo Agropecuário, em função de aprimoramentos na coleta dos dados primários, e de demandas específicas é comum adotarem propostas de reclassificação segundo alguma tipologia que se espera e que venha auxiliar na compreensão dos resultados divulgados pelo IBGE. Já no Censo Agropecuário 2006 foi introduzida uma nova classificação demanda por força da Lei nº 11.326 que definiu a agricultura familiar⁵ de forma a disciplinar o acesso às políticas públicas direcionadas aos pequenos produtores, com destaque para o Pronaf.

Os resultados da pesquisa apontaram que a agricultura familiar é amplamente predominante em termos de número de estabelecimentos e de pessoal ocupado, mas com participação proporcionalmente menor no valor da produção e nas receitas do estabelecimento, devido à sua menor produtividade em comparação com a agricultura patronal.

A sua importância econômica podemos confirmar em estudos como o Novo Retrato da Agricultura Familiar (GUANZIROLI, 1998) que demonstra o quanto o seguimento familiar

⁵A Lei nº 11.326/2006 define o agricultor familiar como aquele que pratica atividades no meio rural, em área menor que quatro módulos fiscais com a utilização predominante de mão de obra familiar nas atividades produtivas e gerenciais e que tenha como principal fonte de renda a atividade agrícola que pratica, com ressalva às especificidades tanto dos silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores e quanto às formas coletivas de produção, desde que essas não ultrapassem o limite de área por associado. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm

da agricultura brasileira, ainda que muito heterogêneo, responde por relevante parcela da produção agropecuária, apresentando em diversas atividades estreitas relações com os segmentos industriais e de serviços o que resulta em uma importante participação no produto agregado gerado pelo agronegócio. Todavia, suscita-se a importância do auxílio a esse setor uma vez que os agricultores familiares carecem de políticas públicas creditícias e de assistência técnica permanente para continuidade da sua produção.

A fim de melhorar o direcionamento de políticas públicas, com ênfase no setor agropecuário familiar, uma vez que é primordial traçar o perfil deste segmento. A demarcação do espaço ocupado por este setor dentro do amplo contexto da economia brasileira é fundamental para as projeções do seu potencial com vista ao auxílio na criação de alternativas que visam à manutenção e, expansão do setor agrícola familiar em busca da tão almejada sustentabilidade socioambiental.

Entretanto, não é de se esperar que o governo seja o promotor da coletividade da agricultura familiar, mas, sim, que seja capaz de imprimir as medidas necessárias para que a produção familiar exerça um papel estratégico na promoção do bem-estar geral da sociedade através da produção de alimentos e geração de renda.

No relatório “Perfil da Pobreza: Norte e Nordeste Rurais”, temos importantes dados sobre a pobreza e extrema pobreza e os impactos de determinadas políticas sociais nesses indicadores. Em Soares (2016) observa-se a expressiva queda da extrema pobreza e da pobreza entre as famílias agrícolas, mas, merece ser observada a concentração rural da pobreza.

No período entre 2004-2013, tanto no Brasil na sua totalidade como nas regiões Norte e Nordeste do país, a extrema pobreza caiu de 7,6% dos brasileiros em 2004 para 4,0% em 2013; a pobreza diminuiu por um fator de 2,5 no mesmo período, de 22,4% para 8,9% (SOARES, 2016).

É fato que o meio rural brasileiro passou por um processo de mudanças nas últimas décadas que reduziram significativamente as diferenças em relação às áreas urbanas. Mas, as áreas rurais brasileiras ainda mantêm especificidades, entre as quais podem ser mencionadas: famílias mais numerosas; piores condições de moradia; piores indicadores educacionais; maior importância das transferências para composição da renda total das famílias; maior importância dos gastos com alimentação em detrimento de gastos com educação, saúde e habitação; menor nível de renda per capita (IPEA, 2009).

Os dados sugerem que parte relevante da redução da pobreza rural no Nordeste pode ser explicada pela simples migração de pessoas que abandonam as áreas rurais ou ocupações agrícolas e se deslocaram para áreas urbanas. Outro fato notável é que 60% das famílias extremamente pobres do Nordeste vivem em áreas classificadas como agrícolas ou não agrícolas situadas em zonas rurais (SOARES, 2016).

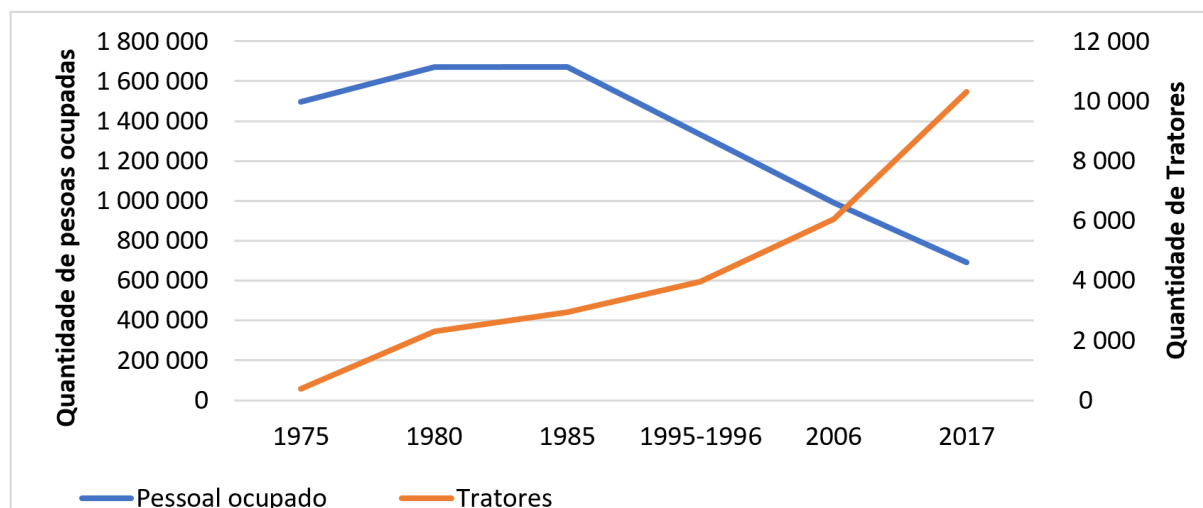
4.2 Extrema pobreza e políticas públicas recentes no Maranhão

No Maranhão, estado com o maior percentual de habitantes na zona rural, o grupamento de atividade “Agropecuária, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura” perdeu participação no total de ocupações de forma absurda entre os anos de 2010 e 2019 saindo de mais de 30% para 14,8%. Outro dado importante é o rendimento médio real do trabalho recebido por mês nesse grupamento de atividade no quarto trimestre de 2019 que representava apenas 39% do rendimento médio total do trabalho, o que demonstra a baixa remuneração do trabalho rural.

A Síntese de Indicadores Sociais (SIS) do IBGE (2019) apontou que, embora um milhão de pessoas tenha deixado a linha de pobreza – rendimento diário inferior a US\$ 5,5, medida adotada pelo Banco Mundial (BM) para identificar a pobreza em países em desenvolvimento como o Brasil – um quarto da população brasileira, ou 52,5 milhões de pessoas ainda viviam com menos de R\$ 420,00 per capita por mês. O índice caiu de 26,5%, em 2017, para 25,3% em 2018, porém, o percentual está longe do alcançado em 2014, o melhor ano da série, que registrou 22,8%.

O Maranhão apesar de apresentar a maior proporção (53%) de pessoas com rendimento real efetivo domiciliar inferior a R\$ 406,00 mensais em 2018 (ou até US\$ 5,50 PPC diários) do país, em termos comparativos obteve a nona maior variação nesse indicador entre 2016 e 2018 (passou de 52,2% para 53%). Mas, o crescimento da extrema pobreza no Maranhão não difere do observado no Nordeste, onde questões climáticas e a migração campo cidade são vetores da redução de ocupações. A diminuição da ocupação rural também é reflexo das mudanças ocorridas no campo, que se caracterizam, entre outros aspectos, pela contínua especialização e mecanização do processo agrícola, com a consequente redução do número de postos de trabalho, uma das expressões mais visíveis da modernização da agricultura (ver Gráfico 05).

Gráfico 5 - Quantidade de pessoas ocupadas e de tratores, vários anos



Fonte: IBGE, Censos Agropecuários, anos selecionados. Elaboração própria

O pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários, segundo os dados dos Censos Agropecuários do IBGE, vem sofrendo substancial queda desde a década de 1990, sendo que entre os anos de 2006 e 2017 a redução foi de 36% no contingente de ocupações da agricultura familiar.

É nesse contexto que foi criado no Maranhão, em 2015, um plano de enfrentamento à extrema pobreza com recorte territorial, tendo em vista o quadro de acentuada desigualdade e a crise nacional que atingiu principalmente os setores da população mais vulneráveis. Esse Plano chamado de “Mais IDH” foi instituído pelo governo estadual e tinha por finalidade a redução da extrema pobreza, com promoção de justiça social e cidadania para a população dos 30 municípios de menores índices de desenvolvimento humano do estado.

Assim, a partir do ano de 2016, investimentos na prestação de serviços de utilidade pública, no âmbito da assistência social, trabalho e renda, com destaque para as ações de fortalecimento da produção local, através dos programas “Mais Produção e Abastecimento”, Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER, Feiras da Agricultura Familiar, Regularização Fundiária, dentre outras ações.

Os investimentos públicos cumpriram um duplo papel nesses municípios, criando demanda interna (via geração de renda direta e indireta) e incentivando a produção da agricultura familiar. Mas, não foram capazes de mudar a realidade produtiva dos agricultores familiares.

Assim, outro importante projeto foi iniciado no ano de 2019, por meio da empresa AMBEV. Incentivado pelo estado através de benefícios fiscais, foi criada a Cerveja Magnífica⁶ a base de mandioca, o que criou perspectivas de demanda por mandioca no Maranhão.

⁶ Mais informações disponíveis em:

<https://www.ambev.com.br/marcas/cervejas/magnifica-do-maranhao/magnifica/>

Dados da Conab (2019) indicam que no mês de julho de 2019, o preço médio da tonelada de mandioca no Maranhão tornou-se o segundo maior do país, com o valor aproximado de R\$ 513,60. Este fato, evidencia o aumento da demanda por mandioca in natura a partir da demanda industrial da AMBEV.

As tendências do mercado nacional para a produção de mandioca, segundo o ETENE (2018), apontam para uma rápida profissionalização da produção, com destaque para a produção de farinha e fécula. “Outro fato a se observar é a verticalização da produção, principalmente, na produção de farinha, buscando reduzir custos totais de transação e favorecer todos os agentes participantes da cadeia produtiva” (ETENE, 2018, p. 7).

No entanto, a profissionalização e verticalização da produção, seguindo os caminhos naturais, não tendem a privilegiar os agricultores familiares, deixando-os ao largo do processo e pressionando cada vez mais suas margens de lucro com a redução dos preços advindas dos ganhos de produtividade dos produtores que dispuserem de mais recursos.

Assim, o desenvolvimento de uma política de ATER direcionada para a cultura da mandioca e o desenvolvimento de polos coletivos de produção é pilar fundamental para esta cadeia, a fim de tornar a atividade mais atrativa e rentável para o agricultor.

Diante dos desafios da produtividade, a produção maranhense tende a se qualificar com a orientação técnica e investimentos privados, mas cabe destacar que no Pará, estado vizinho, experiências sem grandes investimentos já garantem relevante produtividade se compararmos ao Maranhão. No estado vizinho um exemplo de maior produtividade sem grandes investimentos é o “Sistema de Bragança”, que consiste no consórcio da mandioca com outras culturas, sem os embaraços do processo de introdução de novos plantios alheios ao produtor/à produtora, que além de incrementar os ganhos, são menos impactantes ao meio ambiente:

[...] o Sistema Bragantino é uma tecnologia inovadora, prática e factível para cultivo em consórcio e rotação de culturas, podendo substituir o sistema tradicional de derruba-e-queima, oferecendo vantagem não só nos aspectos produtivos, mas também nos sociais e ambientais (EMBRAPA, 2014, p. 113).

Assim, o caminho a ser seguido pelo Maranhão no fortalecimento da cadeia produtiva da mandioca, passa pela estruturação de políticas públicas pautadas na organização coletiva da produção (tendo em vista a grande pulverização de produtores e as dificuldades de comercialização), formalização e profissionalização da produção a partir da assistência técnica e extensão rural e da agroindustrialização, para que sejam alcançados padrões de qualidade e sanitários indispensáveis para o acesso ao mercado.

Para além dos resultados de curto prazo que se manifestam na elevação da renda monetária das famílias, devemos destacar o potencial de estruturação da “Cadeia Produtiva

da Mandioca” como vetor da política de enfrentamento à extrema pobreza no Maranhão, considerando a importância dessa cultura para as famílias de maior vulnerabilidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados dos Censos Demográficos, Agropecuários e das pesquisas amostrais do IBGE demonstram de forma contundente a redução de ocupações no meio rural, enquanto os dados do mercado formal de trabalho (RAIS-CAGED) indicam a baixa participação do trabalho rural no Maranhão frente ao número de ocupações rurais.

A dinâmica demográfica do estado se resume no fato desse possuir o maior percentual de população residente em zonas rurais no país e maior percentual de famílias consideradas pobres pelo IBGE. O estudo de Soares (2016) e os dados disponíveis são inequívocos em apontar a vulnerabilidade enfrentada por relevante percentual das pessoas residentes nas zonas rurais.

A literatura indica que a redução das ocupações rurais é reflexo das mudanças ocorridas no campo, pela contínua especialização e mecanização do processo agrícola, com a consequente redução do número de postos de trabalho, mas, não se resume apenas a esses aspectos.

O crescimento da extrema pobreza no Maranhão não difere em essência ao observado no Nordeste, onde questões climáticas e a migração campo cidade são vetores da redução de ocupações. Mas, foi esse contexto que engendrou políticas públicas de enfrentamento à extrema pobreza no Maranhão, sendo criado em 2015 o “Plano Mais IDH” como estratégia de enfrentamento à extrema pobreza com recorte territorial.

A extrema pobreza nas zonas rurais do Maranhão e o baixo índice de formalização de empregos demandam pesquisas capazes de desnudar as relações existentes entre a pobreza e as ocupações rurais para a formulação de políticas públicas locais capazes de enfrentar a pobreza rural diante de um cenário demográfico desafiador e uma agricultura familiar que se caracterizam pela baixa produtividade total dos fatores de produção que refletem na renda dos trabalhadores do campo.

Com essa perspectiva, destaca-se o projeto da Cerveja Magnífica que trouxe novas expectativas para a produção de mandioca no Maranhão, com o direcionamento da compra de mandioca para os municípios mais pobres, o que cria relevantes oportunidades para a cadeia da mandioca nesses municípios que entraram no “radar das políticas públicas” com equipes fixas de profissionais extensionistas, equipamentos agrícolas, além de políticas habilitadoras para o desenvolvimento da produção, como regularização fundiária, alfabetização, atendimento em saúde e ampliação do abastecimento de água.

REFERÊNCIAS

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB - **Relatório do PGPAF**. Disponível em: <http://sisdep.conab.gov.br/precosiagroweb/>. Acesso em: 15 fev. 2020.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMBRAPA. **Cultura da mandioca**: apostila / Moisés de Souza Modesto Junior, Raimundo Nonato Brabo Alves, editores técnicos. Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental, 2014.

ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ESTUDOS ECONÔMICOS DO NORDESTE – ETENE. Banco do Nordeste Brasileiro – BNB. COELHO, J. D. Produção de mandioca: raiz, farinha e fécula. **Caderno Setorial ETENE**, ano 3, n. 44, Setembro, 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A AGRICULTURA E A ALIMENTAÇÃO - FAO. **Produzir mais com menos**: Mandioca – Um guia para a intensificação sustentável da produção. [Rome], 2013. (Informe de Política). Disponível em: <http://www.fao.org/ag/save-and-grow/cassava/pdf/FAOMandioca.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2020.

GUANZIROLI, C. E. **Reforma agrária e globalização da economia**: o caso do Brasil. FAO (Cooperação FAO/INCRA), 1998. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/index.php/servicos/publicacoes/livros-revistas-e-cartilhas/file/492-reforma-agraria-e-globalizacao-da-economia-o-caso-do-brasil>. Acesso em: 15 fev. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censos Agropecuários, vários anos**. Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 25 fev. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Demográfico, vários anos**. Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 25 fev. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios** – PNAD, 2011 a 2019. Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 25 fev. 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. Texto para Discussão (TD 1398). **O Mercado de Trabalho Rural**: Evolução Recente, Composição da Renda e Dimensão Regional. Brasília: Ipea, 2009. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4716. Acesso em: 25 fev. 2020.

INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOFIGURAS – IMESC. **Produção Agrícola Municipal** - O que mudou no Maranhão nos últimos 20 anos? São Luís: IMESC, 2019. Disponível em: <http://imesc.ma.gov.br/portal/Post/view/outras-publicacoes/321>. Acesso em: 25 fev. 2021.

INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOFIGURAS – IMESC. **Produto Interno Bruto do Estado do Maranhão**: período 2010 a 2018. Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos-IMESC. v.14, n.1, jan./dez. – São Luís: IMESC, 2020. Disponível em: <http://imesc.ma.gov.br/portal/Post/view/pib-estadual/394>. Acesso em: 25 fev. 2021.

MINISTÉRIO DO TRABALHO – MTE. **Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho – PDET**. Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED. Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/caged>. Acesso em: 25 fev. 2020.

SOARES, S. [et al.]. **Perfil da pobreza**: Norte e Nordeste rurais. Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), 2016.

